

Projeto de Resolução nr. 1288/XIV/2ª

Pelo reforço das respostas locais de acesso a alojamento e habitação e pela garantia dos direitos sociais das pessoas da comunidade LGBTQI+ que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, económica e emocional

Exposição de Motivos

No âmbito das negociações para a Lei do Orçamento de Estado para 2021 (Lei n.º 75-B/2020), aprovei uma proposta de alteração que visava a criação de uma estrutura de acolhimento para pessoas LGBTQI+ no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023. Este diploma estatui que “em 2021, o Governo reforça a prioridade do combate às situações de pobreza e exclusão social previstas na Estratégia Nacional para Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (...) através do alargamento e reforço das respostas de acesso a alojamento e habitação, cujo financiamento é passível de ser enquadrado no PRR, e reforço de intervenção conjunta, nomeadamente das áreas da habitação, segurança social, emprego, saúde mental e justiça”¹. A proposta de alteração visava o **alargamento e reforço das respostas de acesso a alojamento e habitação tendo em conta “as necessidades e experiências específicas das pessoas em situação de sem-abrigo, designadamente em razão da sua orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais”** e previa, sobretudo, **“a criação de uma estrutura de acolhimento para pessoas LGBTQI+”**².

Na fundamentação desta proposta de alteração, pode ler-se: “A discriminação contra pessoas LGBTQI+ manifesta-se de várias formas e a situação de sem-abrigo como consequência direta de discriminação por parte da família não é linear. Todavia, o risco de exclusão social em que estas pessoas são colocadas por via de processos de discriminação de que são vítimas em si conserva o risco de perda de habitação. Mais acresce que as pessoas em situação de sem-abrigo LGBTQI+ correm o dobro do risco de abandonarem as suas casas quando comparadas com os seus homólogos em situação de sem-abrigo³. Bem como se deve aqui fazer notar que a probabilidade de um casal de homens receber uma confirmação de arrendamento de imóvel em Portugal é 23% a 26% mais baixa em relação ao caso equiparado de um casal heterossexual⁴.”

¹ Cfr. Artigo 135º n.º1 da Lei n.º 75-B/2020 (Lei do Orçamento de Estado para 2021).

² Cfr. n.º4 do artigo supracitado.

³ Cochran, B. N., et. al., “Challenges faced by homeless sexual minorities: Comparison of gay, lesbian, bisexual, and transgender homeless adolescents with their heterosexual counterparts”, *American Journal of Public Health*, 92(5), 2020.

⁴ Filipe Gouveia, et. al., “Religiosity and discrimination against same-sex couples: The case of Portugal's rental market”, *Journal of Housing Economics*, Volume 50, 2020.

Segundo a ILGA Portugal, diariamente, um número incontável de pessoas são vítimas de discriminação e preconceito por se afirmarem ou serem percecionadas como lésbicas, gays, bissexuais, trans ou intersexo, situação que se agrava em períodos de crise social e diversos estudos recentes e o trabalho de terreno da ILGA Portugal têm permitido documentar as formas como se exprime esta discriminação. De acordo com esta entidade, “A consequência é que as pessoas LGBTI, entre a população em geral, apresentam riscos particularmente elevados de depressão, baixa auto-estima, abuso de substâncias, auto-mutilação, ideação e tentativa de suicídio (a média estimada da ocorrência de tentativas de suicídio é de 2,15 vezes por pessoa). Acrescente-se a isto que, em situações de dificuldade, muitas vezes não têm a quem recorrer ou obtêm uma reação negativa ou desinformada por parte das fontes de suporte convencionais – família, educadoras/es, profissionais de saúde ou assistentes sociais.”⁵

Recentemente, e não obstante os avanços legislativos realizados (como é o caso da Lei da Educação Sexual em Meio Escolar (2009), da Lei do Casamento Civil que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo (2010), ou da Lei que consagra o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa (2018)), de forma a assegurar uma maior proteção e igualdade de oportunidades às pessoas LGBTQI+ em Portugal, tem-se verificado um aumento no número de denúncias de discriminação e violência contra pessoas em função da sua orientação sexual, identidade ou expressão de género e características sexuais. Em junho de 2020, a ILGA Portugal divulgou os dados recolhidos pelo Observatório da Discriminação Contra Pessoas LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e outras identidades) em 2019. O relatório adiantou que, neste ano, verificou-se uma subida de 4% nas denúncias feitas pelas próprias vítimas, constituindo estas a maior fonte dos registos (43,27%). No total, o Observatório da Discriminação Contra Pessoas LGBTI+ registou 171 denúncias neste ano.

De acordo com a associação True Colors United⁶, as pessoas jovens adultas pertencentes à comunidade LGBTQI+ têm 120% maior probabilidade de viver em situação de sem-abrigo que as pessoas jovens hetero/cisgénero. Estima-se que cerca de 20-40% de jovens em situação de sem-abrigo seja parte da comunidade LGBTQI+, apesar de apenas cerca de 7-10% da população em geral se identificar como LGBTQI+. Mais ainda, 1 em cada 10 jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, e pelo menos 1 em cada 30 adolescentes com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos admite já ter vivido em situação de sem-abrigo, sem o acompanhamento de uma figura

⁵ ILGA Portugal, “PROTEÇÃO DAS PESSOAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANS E INTERSEXO - Propostas no âmbito do Orçamento do Estado para 2021”, Novembro de 2020.

⁶ Website: [True Colors United | Our Work](#). Estas estatísticas foram reproduzidas num relatório elaborado pela ILGA Portugal e enviado aos partidos com representação parlamentar, aos DURP e às Deputadas não inscritas em 2020, com o título “PROTEÇÃO DAS PESSOAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANS E INTERSEXO - Propostas no âmbito do Orçamento do Estado para 2021”, Novembro de 2020.

parental ou representante legal, durante pelo menos 1 ano. Os jovens LGBTQI+ têm 2,2% maior probabilidade de experienciar uma situação de sem-abrigo do que os seus pares heterossexuais e cisgénero. De realçar, ainda, que as pessoas LGBTQI+ que se encontram numa situação de sem-abrigo (que, por si só, implica uma vulnerabilidade acentuada) experimentam problemas de sobrevivência acrescidos no que respeita à violência física, emocional e sexual.⁷

Porque um país também é avaliado pela forma como trata a sua população mais vulnerável e porque Portugal tem feito até aqui um caminho importante na luta pelos direitos das pessoas LGBTQI+, devemos permanecer empenhados em dar continuidade ao projeto de uma democracia diversa e inclusiva.

Assim, a Assembleia da República, reunida em Sessão Plenária, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, por intermédio do presente Projeto de Resolução, recomenda ao Governo que:

1 – Cumpra a proposta de alteração, aprovada no âmbito do OE2021, para a criação de uma estrutura de acolhimento para pessoas LGBTQI+ no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023;

2 – Reforce as respostas sociais para pessoas LGBTQI+ em situação de vulnerabilidade social, económica e emocional, procedendo também à formação de técnicos especializados que possam dar acompanhamento e mitigar as dificuldades que as pessoas LGBTQI+ enfrentam no acesso à habitação, na procura de emprego, no apoio jurídico e psicológico e no pleno usufruto dos seus Direitos.

3 – Garanta apoio multisectorial e plurinstitucional às pessoas LGBTQI+ através da celebração de protocolos com entidades diversas, tanto a nível local, associações e ONG pelos direitos LGBTQI+ e entidades públicas.

4 – Faça o acompanhamento, monitorização e avaliação de projetos, programas e políticas finalizadas e em curso de modo a identificar melhorias necessárias e passos seguintes na garantia dos Direitos das pessoas LGBTQI+.

Assembleia da República, 20 de maio de 2021

⁷ Durso, Laura E., and Gary J. Gates. 2012. *Serving Our Youth: Findings from a National Survey of Service Providers Working with Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Youth Who Are Homeless or at Risk of Becoming Homeless*. Los Angeles: The Williams Institute with True Colors and the Palatte Fund.

A Deputada não inscrita,

Joacine Katar Moreira